



**Relatório Anual sobre o Tráfico de Pessoas 2007
GUINÉ-BISSAU (NÍVEL 2)**

A Guiné-Bissau é um país de origem de crianças traficadas com o objectivo de serem obrigadas a mendigar ou ao trabalho agrícola. Muitas das vítimas são rapazes Talibe traficados para os países do Ocidente Africano, principalmente para o Senegal, por marabouts, professores corânicos ou pelos seus intermediários. As cidades do leste, Bafatá e Gabú são áreas de origem essenciais e principal via terrestre de percurso para o Senegal. Os pais frequentemente enviam os seus filhos com os instrutores, acreditando erradamente que a criança vai receber uma educação religiosa. No entanto, muitos instrutores não proporcionam qualquer educação, mas obrigam as crianças a mendigar em áreas urbanas, durante mais de 12 horas de cada vez. Se as crianças não conseguirem ganhar cerca de um dólar por dia, são sujeitas a abusos físicos. As crianças são por vezes também forçadas a trabalhos agrícolas sazonais, em algumas plantações dos instrutores.

O Governo da Guiné-Bissau não cumpre totalmente com os padrões mínimos para a eliminação do tráfico; no entanto, está a efectuar esforços significativos para tal, apesar dos recursos limitados de que dispõe. Para melhorar a sua resposta ao tráfico, a Guiné-Bissau deve: conceber e aprovar uma lei sobre o tráfico de pessoas; aumentar os seus esforços na perseguição aos traficantes; desenvolver um plano de acção nacional no combate ao tráfico; e fortalecer os esforços para criar a consciencialização pública.

Acusação

O Governo da Guiné-Bissau demonstrou durante o último ano fracos esforços na aplicação de leis anti-tráfico. A Guiné-Bissau não proíbe todas as formas de tráfico de pessoas. Durante o ano, o governo deteve um marabout e alguns intermediários que ajudavam estes no tráfico de crianças, mas não conseguiu acusá-los mediante os estatutos existentes, tais com o rapto e o abuso infantil. Para combater o tráfico, os agentes de migração em Pirada bloquearam as crianças que não estivessem acompanhadas pelos pais ao abandonarem o país. A aplicação efectiva da lei é dificultada por um serviço telefónico deficiente entre a polícia fronteiriça e a esquadra central da polícia, pela falta de veículos para a polícia que se desloca em autocarros, pela falta de pagamento dos salários da polícia, pela falta de prisões e pela falta de formação. Os traficantes que são detidos pela polícia fronteiriça e que são encaminhados com êxito para a polícia central para a continuação de acções processuais são normalmente libertados. Os esforços de aplicação da lei contra os traficantes são também dificultados por pressões culturais e políticas; os políticos admitiram que perseguir instrutores religiosos que traficam crianças pode ser mal entendido por parte de um importante bloco de eleitores como sendo uma acção contra a formação religiosa.

Protecção

O Governo da Guiné-Bissau efectuou esforços significativos para garantir cuidados às vítimas de tráfico durante o ano. Embora o Governo não administre abrigos para as vítimas, continuou a contribuir com \$16.000 por ano para a ONG anti-tráfico (AMIC) na prestação de cuidados para as vítimas de tráfico. A polícia e os agentes fronteiriços continuaram a identificar e a encaminhar vítimas para os cuidados da AMIC. Em 2006, a polícia e a embaixada da Guiné-Bissau no Senegal, cooperaram com as ONGs e a IOM no repatriamento de 92 vítimas da Guiné-Bissau no Senegal e duas vítimas na Guiné-Bissau

para a Guiné e para o Senegal respectivamente. A polícia e os agentes fronteiriços ajudaram a AMIC na localização dos pais das vítimas repatriadas. Estas vítimas infantis ficaram por vezes a viver com o comissário de polícia de Gabu até os seus pais serem encontrados. O Embaixador da Guiné-Bissau para o Senegal alojou também crianças que aguardavam o repatriamento do Senegal, quando não existisse alternativa. Em Fevereiro de 2007, os agentes de imigração da Guiné-Bissau na fronteira com a Guiné em coordenação com a polícia resgataram 29 rapazes guineenses. O governo não sensibiliza as vítimas, todas crianças, para o ajudar nas investigações e acusações dos traficantes. As vítimas não são penalizadas por actos ilegais cometidos em resultado directo do facto de serem traficadas.

Prevenção

O Governo da Guiné-Bissau efectuou esforços consistentes no sentido de aumentar a consciencialização sobre o tráfico durante o período reportado. O governo apoia campanhas radiofónicas de consciencialização para o tráfico. A AMIC, e o Embaixador da Guiné-Bissau para o Senegal emitiram mensagens via rádio avisando as comunidades muçulmanas acerca do tráfico. O governo apoia também a IOM e as ONGs na educação das vítimas repatriadas da Guiné-Bissau e as suas famílias sobre o tráfico para igualmente evitar que sejam novamente vitimadas. O Governo carece de um plano de acção nacional no combate ao tráfico. A Guiné-Bissau não ratificou o Protocolo 2000 UN TIP.